

# **O avesso do Patrimônio Cultural: memórias, efeitos, usos e práticas sociais nas bordas de Ouro Preto - Minas Gerais - Brasil.**

Rodolfo N. Junqueira Fonseca.

Cita:

Rodolfo N. Junqueira Fonseca (2019). *O avesso do Patrimônio Cultural: memórias, efeitos, usos e práticas sociais nas bordas de Ouro Preto - Minas Gerais - Brasil*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/172>



## O avesso do Patrimônio Cultural: memórias, efeitos, usos e práticas sociais nas bordas de Ouro Preto – Minas Gerais – Brasil

Rodolfo N. Junqueira Fonseca<sup>1</sup>

### Resumo

Este texto tem como objetivo problematizar os conceitos e categorias do Patrimônio Cultural em diálogo com a Sociologia e tensionar sua aplicação em um estudo de caso exemplar em demonstrar os efeitos sociais e culturais da patrimonialização cultural, uma comunidade local periférica a uma cidade colonial símbolo do patrimônio cultural brasileiro. Primeiro contextualiza-se e problematiza-se o conceito de Patrimônio Cultural adotado no Brasil. Em um segundo momento, aponta-se os caminhos, problemáticas metodológicas e resultados esperados na pesquisa de Doutorado em desenvolvimento a partir do estudo de caso. Ouro Preto, Minas Gerais (Brasil), titulada como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO desde os anos 1980, cidade turística e universitária, reconheceu dentro de sua periferia, há pouco mais de 10 anos, o Parque Arqueológico da Serra da Queimada, constituído de ruínas mais antigas que a própria cidade. Pretende-se por meio de instrumentos de pesquisa social combinados perceber, sistematizar e demonstrar como esta comunidade periférica ao Patrimônio Cultural da cidade, com características rurais e urbanas, vivenciam os possíveis efeitos positivos ou mesmo negativos da patrimonialização cultural com a criação do Parque em seu território. Espera-se demonstrar através de relatos construídos e articulados através de etnografias, entrevistas, grupos focais e oficinas de memória coletiva, a visão e a percepção dos moradores sobre a intervenção produzida pelo Patrimônio Cultural em seu espaço de pertencimento. Além de seus usos, contra-usos, memórias e representações sociais das ruínas anteriores e posteriores a criação do Parque Arqueológico, e na relação com a cidade colonial de Ouro Preto, onde o Patrimônio Cultural é o centro.

### Palavras-chave

Patrimônio cultural, efeitos, práticas sociais, periferia, Ouro Preto.

### Introdução

O presente artigo corresponde a fase inicial de pesquisa de campo do projeto de doutoramento em desenvolvimento no Programa de Sociologia da Universidade de Brasília – Unb (2018-21), o que inclui o levantamento de dados e problematizações



iniciais e a preparação para o trabalho de campo.

Este texto, dividido em dois momentos, tem como objetivo problematizar os conceitos e categorias do patrimônio cultural e da memória social, em diálogo com as ciências sociais e tensionar sua aplicação ao estudo de caso sobre a criação e manutenção do Parque Arqueológico da Serra da Queimada, em Ouro Preto - MG.

De fato, tanto na criação de museus quanto no estabelecimento de patrimônios culturais os poderes políticos e econômicos sempre andaram de mãos dadas. Por um lado, historicamente, a grande maioria dos museus tradicionais brasileiros foram fundados ou financiados através de dois caminhos, o privado ou público, associados ou não. Já o patrimônio cultural surgiu no Brasil como ação político-institucional de intelectuais posteriormente associados às forças políticas do Estado Novo, conjuntamente interessados em estabelecer origens e símbolos nacionais.

Nesse sentido, não seriam os museus e o patrimônio cultural historicamente a representação dos ideais das elites sociais e políticas? Os museus tradicionais e patrimônios culturais são peças fundamentais para entendimento de períodos históricos, do ponto de vista de classes dominantes, ou da forma como representam a si mesmas, na relação com Estado, ou ainda em relação a bens culturais e artísticos de seu tempo.

Em contraponto, a este caráter restrito e elitista dos museus tradicionais a chamada Nova Museologia ou Museologia Social toma como base a capacidade e a importância da ação dos indivíduos ou comunidades na construção das instituições museológicas tal como Museus Comunitários. Nessa perspectiva, deixa-se de estudar os museus como um sistema de ideias em si mesmos e passa-se a considerá-los nas suas relações com a ação social. Mesmo assim, a noção de Museu Comunitário é ainda um termo ou conceito em definição no campo das ciências humanas, debatido entre museólogos, pesquisadores acadêmicos, militantes da chamada museologia social e gestores culturais, e ainda pouco abordado do ponto de vista das ciências sociais (Fonseca, 2017).

Outra nova noção construída neste contexto é a concepção de patrimônio ambiental cultural que passa a incluir a cidade em seu sentido histórico e cultural e não apenas reconhecida em monumentos isolados, o que excluía inclusive o aspecto cultural e cotidiano, valorizando o projeto urbano de conjunto a partir da inter-relação com os outros elementos sociais e culturais do espaço urbano (Catriota, 2009).



Um museu tradicional seria composto de um edifício, uma coleção própria armazenada (de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural) e, por fim, um público. Já um Museu Comunitário ou Ecomuseu, que a rigor tem como características comuns de um território de atuação<sup>2</sup>, um patrimônio cultural compartilhado e uma comunidade envolvida<sup>3</sup>. Desta maneira, um museu comunitário não precisa necessariamente dispor de uma sede física, um acervo ou mesmo de um público. O público principal do Museu Comunitário ou Ecomuseu seria antes de tudo a própria comunidade (Varine, 1987)<sup>4</sup>.

Um patrimônio cultural tradicional toma como base as características monumentais, históricas e artísticas de um bem cultural, como se estas mesmas características não tivessem que ser imputadas para que este bem cultural fosse reconhecido como tal. Em contraponto, a concepção de patrimônio ambiental cultural ao incluir a cidade em seu sentido histórico e cultural pressupõe sua inter-relação com o espaço e o território das populações no entorno para assim reconhecer características sócio-históricas.

Um conceito central na constituição da museologia social e no processo de trabalho dos Museus comunitários é a noção de Memória Social. Como afirma, Jô Gondar (2016), a memória social nos diz o que alguma coisa é no presente, no passado e no futuro, a despeito de qualquer mudança, e não se reduz a identidade e a representação. É simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento (Gondar, 2016).

Há uma grande diversidade de museus comunitários no Brasil, inseridos em grupos sociais e contextos culturais muito diferentes, indígenas, quilombolas, de favela, rurais, dentre outros, e, claro, com motivações museológicas também diferentes. Como alguns exemplos: o Museu da Maré (Rio de Janeiro – Rio), o Museu Treze de Maio (Santa Maria – RS), o Museu Muquifu (Belo Horizonte – MG), Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (Ouro Preto – MG), o Ecomuseu da Amazônia (Belém – PA) e a Rede Cearense de Museus Comunitários<sup>5</sup>.

Da mesma maneira que o conceito de Museu Comunitário, a Memória Social é ainda um termo ou conceito em definição entre diferentes campos de pensamento. Talvez não seja possível estabelecer um conceito suficientemente abrangente de Museu Comunitário, mas uma diversidade de pontos de vista entre profissionais da museologia, militantes da museologia social, acadêmicos, gestores culturais e comunidades, entre processos museais e práticas de museologia comunitária.



### **Problematizando a cidade, o morro da queimada e o ecomuseu em ouro preto**

A partir deste segundo momento, pretende-se desenhar preliminarmente alguns dos caminhos e problemáticas metodológicas prévias ao desenvolvimento de um estudo de caso no cruzamento entre Políticas de Patrimônio Cultural e Memória social com características rurais, urbanas e de periferia de modo particular.

Tomo como exemplo de estudo de caso o processo social de implantação e desenvolvimento do Parque Arqueológico da Serra da Queimada, relacionado a 04 bairros<sup>6</sup> do município de Ouro Preto, Minas Gerais, localizados nos arredores da cidade tombada. Trata-se de um projeto gestado desde 2005 com a participação da Prefeitura de Ouro Preto, as comunidades dos bairros envolvidos, a Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP<sup>7</sup>, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e até o Ministério Público Federal, além de entidades religiosas, ONGs e associações de moradores. Juntamente ao projeto do Parque é desenvolvido o projeto Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, parte correspondente à museologia social do projeto de criação do Parque Arqueológico.

Em publicação apresentada no IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, Yara Mattos (2012) afirma que em todos os bairros do Parque Arqueológico existem resquícios da ocupação urbanística de um próspero arraial minerador do início do século XVIII. Conhecido na época como Arraial do Ouro Podre ou Arraial do Pascoal, nome do comerciante português Pascoal da Silva Guimarães, que possuía em 1708 um grande número de escravos para trabalhar nas minas. O Arraial cresceu substancialmente no auge da exploração do ouro, e chegou a contar com aproximadamente três mil moradores, enquanto Vila Rica, antigo nome da cidade de Ouro Preto, passava por uma mudança urbanística, com a construção de pontes, chafarizes, abertura de ruas, e o surgimento de um comércio e certa organização administrativa (MATTOS, 2012).

Neste período, o rei D. João V institui a cobrança dos “quintos”, um imposto de 20% sobre o total do ouro produzido, criando conflitos na relação entre mineradores e a Coroa Portuguesa<sup>8</sup>. Em 1720, ocorre a revolta conhecida como “Revolta de Felipe dos Santos”, com revoltosos presos, entre eles o próprio Pascoal, que é deportado para Lisboa. Em consequência, o arraial do Pascoal é totalmente queimado e a população se refugia em outros locais da Vila. Segundo Yara Mattos (2012), “Conta a lenda que a “cidadela do Ouro Podre” ardeu em chamas por toda a noite, para servir de exemplo a quem ousasse



desrespeitar a Coroa”, fazendo com que o lugar ficasse conhecido como “Morro da Queimada”. Após o declínio da produção de ouro, o local ficou em ruínas e abandonado por quase duzentos anos, somado ainda ao esvaziamento populacional de Ouro Preto, com a mudança da capital do Estado de Minas Gerais em 1897 para a cidade planejada de Belo Horizonte.

A necessidade de criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada surgiu sob a perspectiva de proteção de um patrimônio material aos poucos dilapidado, tanto pelo poder público local, quanto por parte da população (MATTOS, 2009). Procurava-se a proteção da moldura paisagística do conjunto de Ouro Preto, além de criar uma opção diferenciada de turismo fora do circuito tradicional tombado, com a melhoria da qualidade de vida e inclusão social das comunidades locais.

Desta maneira, o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto atua na função de mediador entre a população local do Morro da Queimada e o patrimônio arqueológico do Parque, assim como na relação com toda a cidade monumento de Ouro Preto, tendo o desenvolvimento da memória social daquela população como ferramenta de trabalho no reconhecimento do Patrimônio Cultural.

Com esta finalidade, o Ecomuseu desenvolve desde 2007, projetos específicos, oficinas, encontros e ações de capacitação e mobilização comunitária nos bairros abrangidos pelo Parque, e, como museu de território, não possui sede física, um acervo armazenado ou exposto em determinado espaço, mas trabalha com acervos que são identificados e guardados pela própria população local. Por outro lado, são desenvolvidas visitas da população às ruínas do Parque baseado em concepções de Arqueologia Pública, como forma de publicizar e associar as pesquisas realizadas pela UFOP, a memória social local e aos sentidos atribuídos pela população ao lugar.

#### Anexo 1: Imagem 1

Tendo em vista, que o Morro da Queimada está situado nos arredores de uma cidade monumento, tombada como patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO em 1980, com características turísticas e universitárias, além de uma vida urbana típica de uma cidade média nos arredores de uma região metropolitana (RMBH)<sup>9</sup>, há uma complexidade de fatores e dinâmicas urbanas a serem consideradas no desenvolvimento deste projeto de pesquisa.

Os atuais bairros da Serra de Ouro Preto, onde está situado o Morro da Queimada,



formaram-se a partir de 1940 como parte das migrações urbanas do campo para as grandes e médias cidades até final dos anos 1980. Se na capital do Estado, Belo Horizonte, favelas e periferias se intensificaram a partir da segunda metade do século XX com imigrantes do interior do Estado, Ouro Preto recebia imigrantes da zona rural da região, ainda que em menor contingente. Ambas as comunidades viviam em condições urbanas precárias de moradia.

Pouco antes da década de 40, se iniciaram no Brasil as políticas de preservação do patrimônio cultural, marcadas, sobretudo, com a criação do SPHAN, antigo Serviço Federal de patrimônio cultural, representado pelo atual IPHAN. Neste período, a política de patrimônio cultural brasileira se baseava no reconhecimento da monumentalidade de espaços e edificações, e reconheceu Ouro Preto, em 1932, como “monumento nacional” ou um símbolo do patrimônio histórico nacional (Gonçalves, 1996), o que não considerava no mesmo patamar áreas e comunidades dos arredores da cidade monumento. A criação do Museu da Inconfidência<sup>10</sup> de 1938 a 1944, antiga cadeia da cidade, localizado na praça principal, é expressão deste processo.

Os bairros da Serra de Ouro Preto são, desde então, um espaço urbano à margem da cidade monumento de Ouro Preto, cujo reconhecimento como parte integrante da história local está ainda em processo de construção com a criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, cuja mediação com a população local cabe ao Ecomuseu da Serra de Ouro Preto e à Arqueologia pública desenvolvida pela Universidade.

#### Anexo 2: Imagem 2

Em contraponto, a atual dinâmica urbana de Ouro Preto é bastante agitada e diversificada como toda cidade turística, incluindo a visita diária de centenas de turistas brasileiros e estrangeiros.

Ouro Preto recebe ainda cerca de 30 eventos fixos anuais de médio e grande porte, que ocupam espaços públicos e ruas como o Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana, a Mostra de Cinema de Ouro Preto - CINEOP, o Festival Internacional Tudo é Jazz, além de dezenas de festas religiosas e populares, com destaque para a Semana Santa e festas populares como Cavalhadas e o Carnaval de Ouro Preto.

Apesar do controle dos órgãos de patrimônio cultural, a cidade sofre urbanisticamente com o tráfego de veículos e o impacto de alguns eventos. Em paralelo, a cidade conta



com a UFOP, uma universidade federal estruturada, que possui mais de 12.000 alunos originários de diferentes cidades de Minas Gerais e do Brasil, 50 cursos de graduação, repúblicas estudantis e um campus próprio, este fora da parte tombada da cidade.

Anexo 3: Imagem 3

### Questões metodológicas

Os apontamentos anteriores nos situam diante do primeiro desafio metodológico ao desenvolvimento da pesquisa, que corresponde em situar adequadamente os bairros da Serra de Ouro Preto em seu contexto social mais amplo.

Como os bairros da Serra de Ouro Preto podem ser situados social e culturalmente nos arredores de uma cidade monumento, que é ao mesmo tempo turística e universitária, além de uma cidade média nos arredores de uma região metropolitana?

Todos estes são aspectos a serem levados em conta para entendermos os costumes, as práticas, campo de possibilidades e limitações da inserção da população destes bairros na cidade de Ouro Preto. Estamos falando, obviamente, do cotidiano, das vivências e demandas de uma população urbana, com práticas e memórias rurais, que supostamente vive o modo vida urbano de maneira própria numa periferia que tem o patrimônio cultural como centro.

A partir disso, podemos questionar: quais as especificidades e decorrências deste suposto modo de vida urbano próprio? Que relações, usos e contra usos sociais são estabelecidas com o patrimônio cultural para vivenciar a cidade de Ouro Preto? Não há respostas simples e imediatas para estas questões, mas será importante perceber ao longo do trabalho de campo como as diferentes dinâmicas, períodos e eventos afetam este suposto modo de vida urbano próprio, cujo o patrimônio cultural é a referência central.

Anexo 4: Imagem 4

Por outro lado, é importante destacar que este projeto de pesquisa não tem como objetivo pesquisar a história colonial de Ouro Preto, nem o acervo arqueológico ou histórico do Parque em si, ou mesmo estudar os efeitos do turismo em cidades históricas. Assim, um terceiro desafio metodológico é distinguir o enfoque da pesquisa de outros possíveis enquadramentos disciplinares comuns a pesquisas sobre cidades patrimonializadas. Para esta pesquisa importa as relações, os usos e apropriações





sociais e urbanos da comunidade local sobre o patrimônio de Ouro Preto através da mediação do Museu Comunitário e os impactos da criação do Parque Arqueológico, ao longo de seus 10 anos de existência.

Entende-se aqui como mediação, métodos, linguagens e instrumentos sociais utilizados pelo Museu Comunitário e a Arqueologia pública para sensibilizar, envolver e instrumentalizar a comunidade a se relacionar com o acervo arqueológico e a desenvolver sua própria memória social na relação com a história da cidade. Já como impacto, entende-se como os efeitos positivos, ou mesmo negativos, produzidos pela criação do Parque Arqueológico no cotidiano, representações e na memória social da população local.

#### Anexo 5 y 6: Imagem 5 y 6

Considerando que uma parte das ruínas do Parque Arqueológico da Serra da Queimada se localiza dentro de áreas habitadas pela população dos bairros da Serra de Ouro Preto é de fundamental importância reconhecer e valorizar não apenas a dimensão histórica das ruínas, mas a dimensão cotidiana destes espaços para os moradores como lugares de vivência da cidade. Tratam-se de espaços que relacionam seus lugares de moradia ao patrimônio valorizado de Ouro Preto, em contraposição à visão de espaço abandonado e de incompletude denotada a princípio pela ideia de ruína.

Desta maneira, ao mesmo tempo em que se apreende processos históricos mais amplos, vislumbrando a cidade de Ouro Preto como uma cidade colonial inserida na vida e dinâmica urbana moderna, é necessário também reconhecer adequadamente as especificidades da cidade sem reificá-las ou superestimar os efeitos dos processos comunitários, patrimoniais e museológicos estudados.

#### Anexo 7: Imagem 7

Nessa direção, vale problematizar também como se estabeleceria no ponto de vista da população, a impressão de que a memória do Morro da Queimada / bairros da Serra de Ouro Preto passa a ser valorizada somente com e a partir da criação do Parque Arqueológico. Ou ainda, de que maneira a criação do parque arqueológico não representaria a imposição de uma memória não apenas anterior, mas que pode ser alheia ou indiferente às próprias comunidades.

Na sequência, cabe um quarto desafio metodológico. A aplicação do conceito de



comunidade enquanto um sentido ou significado comum acionado e correspondente a própria população estudada. Isto, considerando que o conceito de comunidade, é comumente usado nas ciências sociais como mero equivalente ao conceito de aglomeração urbana ou mesmo de região em uma cidade. Assim, o conceito precisa corresponder ao sentido dado na afirmação de um ponto de vista social, político e cultural de uma sociedade, e não exterior a ela, de maneira a permitir a representação de sua cultura, identidade e memória social próprias.

Por fim, o quinto e último desafio metodológico é a elaboração de como colocar-se em campo como pesquisador, uma posição a ser construída tanto na relação com a população local quanto nas relações político-institucionais estabelecidas, construindo uma posição de independência e com cooperação profissional, combinada ao distanciamento e estranhamento necessários no desenvolvimento da pesquisa.

### **Conclusões**

Como todo planejamento para um trabalho de campo demanda, sempre são suscitadas mais questões em aberto do que suposições assertivas. Assim, podemos questionar: quais os potenciais de um Museu comunitário na reconstrução e ressignificação da memória social de uma comunidade periférica ao patrimônio cultural centralizado de uma cidade monumento? Quais as limitações e efeitos das lógicas da Museologia social e do Patrimônio Cultural nestas comunidades?

Um estudo preliminar de preparação para um trabalho de campo é fundamental para trazer apontamentos iniciais e clarificar inquietudes, porém apenas a vivência junto aos atores sociais estudados pode oferecer não apenas respostas mas novas perguntas que guiarão esta pesquisa. Trata-se de buscar a ação e dos sentidos sociais articulados pelos Museus comunitários ou do Ecomuseu estudado na relação com a comunidade dos bairros do Serra de Ouro Preto, e destes na relação com a cidade tombada, antes e depois da criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada.

### **Notas**

<sup>1</sup>Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília - Unb (Bolsista CAPES – 2018-21). Mestre pelo IPPUR-UFRJ (2006). Graduado em Ciências Sociais - UFMG (2003). Professor Universitário, Pesquisador, Produtor e gestor cultural, [www.filmesderodolfofonseca.blogspot.com](http://www.filmesderodolfofonseca.blogspot.com)



<sup>2</sup>Museu cujas coleções (ou ações) são representativas de um território específico, mais ou menos vasto e cuja ligação a esse mesmo território se concretiza através de um conjunto de ações em articulação com a comunidade e outras instituições locais (Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4467>)

<sup>3</sup>São oficialmente adotados pela Política Nacional de Museus em 2009, as noções de museu integral, de museu de território/ecomuseu e museu comunitário, “relativizando o poder do especialista museólogo pelo compartilhamento das decisões com as lideranças comunitárias” (SCHEINER, 2012).

<sup>4</sup>Não há um consenso entre museólogos de que haja uma tipologia específica para museus comunitários, partindo do ponto de vista que todo museu que se propõe a ter uma gestão participativa e inserida na comunidade local pode ser considerado um museu comunitário (FONSECA, 2017).

<sup>5</sup>A Rede Cearense de Museus Comunitários se define como composta por coletivos sociais, étnicos, entre indígenas, assentados, pescadores, profissionais, estudantes e ambientalistas de várias regiões do Estado do Ceará – Mais informações: <https://museuscomunitarios.wordpress.com/>

<sup>6</sup>Bairros de Santana, São João, Morro da Queimada e Morro São Sebastião, nos arredores do centro de Ouro Preto;

<sup>7</sup>A UFOP é o principal agente social de promoção e manutenção de pesquisas e ações comunitárias no local, através do Depto. de Museologia / LAPACOM – Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio, e Processos Museológicos Comunitários, como um Programa de Extensão, coordenado pela Professoras da UFOP, Dra. Yara Mattos e Dra. Márcia Arcuri.

<sup>8</sup>Casas de Fundição são instaladas a partir de 1719 para fundição e marcação do ouro com o selo real, proibindo a circulação do ouro em pó ou pepitas.

<sup>9</sup>Ouro Preto tem população estimada em 74.356 habitantes (IBGE – 2016), a 100 km de Belo Horizonte, saída sul e acesso através da BR-040, nos arredores do Colar de cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

<sup>10</sup>O Museu da Inconfidência foi criado por meio de um decreto-lei federal e inaugurado em 11 de agosto de 1944. Segundo dados do IBRAM, recebeu 156.570 pessoas em 2016. (Fonte: <http://www.museudainconfidencia.gov.br>)

## Anexos

### Anexo 1



Imagem 1. Delimitação do Sítio Arqueológico Morro da Queimada em relação a Pça Tiradentes, abaixo à esquerda – Ouro Preto – MG – Fonte: Google, elaboração LAPACOM – Museologia – UFOP.

### Anexo 2



Imagem 2. Sítio Arqueológico Morro da Queimada em relação aos bairros da Serra de Ouro Preto acima– Ouro Preto – MG – Fonte: LAPACOM – Museologia – UFOP.





## Anexo 3



Imagem 3. Exibição de filme na Mostra CineOP – Pça Tiradentes – Fonte: Universo Produções.

## Anexo 4



Imagem 4. Placa turística na entrada de Ouro Preto indica o Parque Arqueológico do Morro da Queimada e os bairros de Morro São João e Morro Santana – Foto: autor.

## Anexo 5:



Imagem 5. Ruína dentro de bairro da Serra de Ouro Preto com casa ao fundo – Foto: Autor.



## Anexo 6



Imagem 6. Ruína dentro de bairro da Serra de Ouro Preto com casa ao fundo  
– Foto: Autor.

## Anexo 7



Imagem 7. Bairros do Ecomuseu - Itinerários Afetivos - mapa mental realizado pela equipe e comunidades do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto – Foto: Autor.



### Referências utilizadas

Bourdieu, Pierre (1966), O Amor pela Arte: os museus de arte na europa e seu público.2º Edição - São Paulo, EDUSP, Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

Canclini, Néstor Garcia. Museu para a globalização - Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41 - Museologia Social. Sem data.

Castriota, Barci Leonardo. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009, Cap. II, p. 81-109.

Chagas, Mário de Souza. Memória e Poder: dois movimentos - Ensaio de Museologia - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Estudos Avançados de Museologia – 2011

Choay, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora Unesp, 2001, Cap. IV, p. 143-167.

Fonseca, Rodolfo N. J. Museus Comunitários: controvérsias conceituais em um campo em definição e desenvolvimento como política cultural. In: VIII Seminário Internacional Políticas Culturais - FCRB / MINC, 2017, Rio de Janeiro - RJ. Anais do VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017. v. 01. p. 57-67.

Fonseca, Rodolfo N. J. Museus Comunitários como forma de reconstrução da memória social: um estudo preliminar a partir do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto - MG – Anais da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, GT 53. Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia - 09 e 12 de dezembro de 2018 – Universidade de Brasília – Unb.Brasília/DF

Geiger, Armir. Por que memória social? [et al.] ; Vera Dodebei, Francisco R.de Farias, Jô Gondar (Org.) — 1. ed. — Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. 379 p.: il. ; 23 cm. — Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social : edição especial; v. 9, n. 15 - Rio de Janeiro - RJ.

Gonçalves, José Reginaldo S. A Retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

Gondar, Jô. Cinco proposições sobre memória social in DODEBEI, Vera & outros (Org.). Por que memória social? - Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial; v. 9, n. 15 - Rio de Janeiro - RJ.

Mattos, Y.; Priosti, O. M.; Martins, M. T. R. Diálogo, Sentido e Significado no Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. In: Anais do IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, 2012, Belém.





Mattos, Yara. Exposição oral - 7º Encontro Paulista de Museus - Painel 2: Territórios e Públicos - os desafios dos museus - Ecomuseu da Serra da Queimada- Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EYMOPT0oLZY>

Morales, Teresa e OCAMP, Cuauhtémoc - O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história? - Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas City, Missouri, 6-10 octubre, 2004.

Pontos de Memória: metodologia e práticas em museologia social / Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. – Brasília (DF): Phábrica, 2016. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Pontos-de-Memoria-ebook-Portugues.pdf>

Santos, dos Myrian Sepulveda. Por uma sociologia dos museus - Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41 - Museologia Social.

Scheiner, Tereza Cristina - Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. Bolsa Museu Emílio Goeldi. Ciências Humanas - Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

Varine, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado - Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41 - Museologia Social. Sem data.

#### OUTRAS REFERÊNCIAS

ABREMC – Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários – Perfil no Facebook - Acesso em 04 novembro de 2018 - disponível em: <https://www.facebook.com/abremc/>

Ecomuseu da Serra de Ouro Preto - Acesso em 10 Julho de 2017 - Perfil no Facebook Acesso em 04 novembro de 2018 - Disponível em: <https://www.facebook.com/EcomuseuOuroPreto/>

Parque Arqueológico do Morro da Queimada - Acesso em 04 novembro de 2018 - Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/>